



MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA
SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 – Brasília/DF.
(61) 2027-3344/3534 - conanda@sdh.gov.br

245ª Assembleia Ordinária do Conselho nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda

Resumo Executivo

Data: 11 e 12 de Novembro de 2015

Local: Sala Plenária- 10º andar/ Sala de Educação Corporativa -10º andar
Brasília/DF

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais

Rodrigo Torres de Araújo Lima - Secretaria de Direitos Humanos

Magaly de Carvalho Correia marques – Casa Civil

Jordelino Serafim dos Reis - Ministério da Fazenda

Davi Ulisses Brasil Simões Pires- Ministério da Justiça

Alberto Souza- Ministério do Trabalho e Previdência Social

Francisco Antonio de Souza Brito- Ministério do Desenvolvimento

Taís Leite Flores- Ministério da Previdência Social

Não-governamentais

Carolina Freire de Carvalho de Carvalho - Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down

Djalma Costa - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente

Jimena Grignani - Associação Brasileira de Educação e Cultura

Elisa Maciel Costa - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

Fábio José Garcia Paes - Aldeias Infantis SOS Brasil

Antônio Dantas –Movimento Nacional de Direitos Humanos

Vitor Cavalcante Sousa Valério - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

Edmundo Ribeiro Kroger – Centro de Educação e Cultura Popular – CECUP

Marco Antonio da Silva Souza - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR

Mauricio Enrique Diaz Vandorsee – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços- ACM

Conselheiros Suplentes presentes:

Governamentais

Carolina Brandão- Secretaria Especial de Direitos Humanos

Heloisa Greco- Ministério da Justiça

Não-governamentais

Renato Barão Varalda – Associação Brasileira de Magistrados - ABMP

Anna Beatriz Langué Peranovich Leite - Federação Nacional das Apaes – FENAPAES

Antonio Jorge dos Santos - Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA

Antonio Lacerda Souto- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura –CONTAG

Catarina de Santana Silva- Fundação Fé e Alegria do Brasil

Clenir da Trindade Xavier- Associação Lifewords Brasil

Heloisa Helena Silva de Oliveira- Fundação ABRINQ

José Carlos Sturza de Moraes- Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente – AMENCAR

Josiane Gomes Soares –Conselho Federal de Psicologia

Manoel Torquato Carvalho de Souza- Associação Nacional Criança Não é De Rua

Maristela Cizeski – Pastoral da Criança

Pedro Affonso Duarte Hartung – Instituto Alana

Demais Participantes:

João Paulo Santos - CEDCA/AP

Ronaldo Rocha - CEDCA/MS

Mauro Souza - CEDCA/MT

Rosilena Maria da Silva - CONEDCA/RO

Edimar Maria Nascimento – CEDCA/PI

Eriseu Trindade - CEDEM/MT

Armando Luiz - CEDCA/CE

Carla Shalders - CEDCA/ES

Verônica Oliveira - CEDCA/RR

Goldene dos Santos – CRIAD/ES

Debora Cristina – CEDCA/PR

Carlos Roberto - CEDCA/MG

Silvia Cristina Batista - CEDCA/MG

Maria de Jesus - CEDCA/RR

Marcones Alves - CEDCA/MA

Jorge Luiz Farias Silva - CECA/BA

João Paulo Silva Santos - CEDCA/AP

Flavio Rodrigues - CEDCA/AC

Mônica Barbosa - CEDCA/MS

Maria Aparecida - CEDCA/GO

Norma Carvalho - CEDCA/PA

Djeison Rique - G8

Lucas Souza - G8

Carolina Nunes - G8

Yaponã Bone - G8

Silas Santos - G8

Alessa Lumizona - G8

Rodman Silva - G8

Welinton Vasconcelos - CEDCA/MS

Ananias Neves Ferreira - CEDCA/MG

Thiago Viana - CEDCA/MA

Karla Abreu - Conanda/SE

André Lima - Conanda/SE

Maria Gutenara Martins Araújo - Coordenadora-geral do Conanda

Cleiton Souza dos Santos - CEDCA/DF

Prisciane de Oliveira - CEDCA/PR

Maria de Jesus - CEDCA/RR

Verôniva Oliveira - CEDCA/RR

Alteração de Pauta

11/11

Local: Sala Plenária – 10º andar

14h00 – 14h15: Abertura, aprovação da pauta da 245ª e aprovação da Memória da 244ª Assembleia;

14h15 – 16h00: Atualização do Plano de Aplicação;

16h00-18h00: Encontro entre o Conanda e os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Local: Auditório 8º andar).

12/11

Local: Sala de Educação Corporativa – 10º andar

8h30 - 9h00: Informe e ações sobre o Sinase – Ceará;

9h00 - 10h00: Encontro de Dezembro;

10h00 - 18h00: Encontro entre o Conanda e os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Local: Auditório 8º andar).

Item 1. Abertura, aprovação da pauta da 245ª e aprovação da Memória da 244ª Assembleia;

Principais pontos abordados: O presidente Rodrigo Torres abriu a Plenária desejando boa tarde a todos e a todas e em seguida fez a leitura da pauta dando início a abertura da assembleia. O conselheiro Manoel Torquato sugeriu a inclusão de pauta do GT de criança em situação de rua com a questão da paternidade. Aprovada a pauta pelos conselheiros e em seguida abertura para apresentação dos adolescentes do G-8.

Item 2. Atualização do Plano de Aplicação;

Principais pontos abordados: O presidente Rodrigo Torres fez a apresentação da planilha do plano de Aplicação do Fundo em seguida solicitou ao Conselheiro Edmundo Kroger, coordenador da COF, a descrição do resumo da Comissão de Orçamento e Finanças da pauta do Plano de Aplicação. O presidente Rodrigo Torres apresentou alguns dos itens do plano: citou o projeto de Fortalecimento de Conselhos e disse que era uma suplementação que tinha sido aprovada para a escola de conselhos de Tocantins de um empenho a mais e informou que o estado não conseguiu fazer a execução de 30% do valor que já haviam recebido e não seria possível repassar o empenho. Em seguida cita outros 3 projetos da escola de conselho de Amapá, Rondônia e Pernambuco com pequenos ajustes de plano de trabalho e conseguiram fazer o repasse do empenho; Citou a aprovação do plano decenal da Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte pelo comitê de avaliação e estão sendo analisados. Informou também que foi aprovado e empenhado o recurso para escola de conselhos do Mato Grosso. Citou um conjunto de propostas da escola de conselhos, considerando prioridades aos estados da Paraíba, Acre, Rio Grande do Norte, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal através de busca ativa e obteve retorno da Paraíba, Acre, São Paulo e Rio Grande do Norte. O conselheiro Djalma disse que a COF avaliou como necessário o monitoramento das escolas e propôs mudança na metodologia do perfil das escolas de conselho. O presidente Rodrigo Torres ressaltou a importância tanto das Comissões como o Conselho como um todo de fazer a

avaliação de como esses projetos estão impactando a realidade das pessoas e sugeriu colocar essa pauta como prioridade para discussão na assembleia de fevereiro de 2016. Relatou o ponto no plano sobre o repasse para Flacso e o Prodoc da Unesco. Citou também, o projeto de obras e empreendimentos em regiões de fronteira que conseguiram parceria com a Universidade Federal do Pará e solicitaram um aumento nos valores no plano de trabalho. O conselheiro Djalma Costa solicitou justificativa do acréscimo nos valores, por alterar o montante já aprovado anteriormente. O presidente Rodrigo Torres relatou que já haviam aprovado a carta acordo com a Flacso, para Conferência Nacional, curso de especialização com a UNB, Núcleo Gestor da Universidade de Goiás e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Núcleos Estaduais das Escolas de Educação. O presidente justificou que vai repassar o recurso de 6 projetos aprovados no ano passado na área de participação de crianças e adolescentes, esses foram projetos formalizados este ano e o repasse financeiro será no mês de novembro. Informou também que incluiu mais um projeto do ano de 2015 do edital com uma proposta selecionada e permanece em análise interno das áreas técnicas. Em seguida relatou que na Assembleia passada receberam proposta de aplicação de dois milhões no Programa de Proteção a Vítima e Testemunha Ameaçadas – Provita que teve pedido de vistas por conselheiro para análise. O conselheiro Edmundo Kroger relatou que na assembleia anterior o conselheiro Marco Antônio, o Markinhos, solicitou vistas ao processo e ficou de apresentar um o parecer para análise do conselho. O conselheiro Edmundo relatou também sobre a proposta da União Brasileira de Estudantes Secundaristas - UBES que na plenária passada apresentaram um projeto de R\$ 285.000,00 para fazer um seminário e pedido de apoio do Conanda. Tendo em vista a importância da linha do Conselho de fomento à participação de crianças e a adolescente, a comissão entendeu que era importante apoiar essa ação, mesmo sendo um evento, contudo a plenária optou por não aprovar a solicitação. O vice-presidente Fabio Paes falou que a proposta concreta da ação é a CMF liderar um diálogo com a UBES e o conselho enviar uma carta política explicando o não investimento e abrir um diálogo para aperfeiçoar os próximos editais com a participação de crianças e escolas. Alguns conselheiros do Conanda debateram a destinação de recursos ao PROVITA, ressaltaram que lamentam que o Programa tenha que solicitar ao Conselho recursos do Fundo para dar continuidade as suas ações. O

conselheiro Pedro Hartung sugeriu a construção de uma nota de repúdio aos cortes orçamentários das ações destinadas às crianças e adolescentes. Alguns conselheiros manifestaram apoio quanto à manifestação do Conanda em relação aos cortes orçamentários que afetam a temática. O conselheiro Marco Antônio, Markinhus, solicitou ao Conselheiro Vitor Cavalcante a leitura do parecer das propostas da UBES e do Provita. A coordenadora-geral do Conanda, Maria Gutenara, fez a leitura do ofício encaminhado para os Conselheiros do Conanda do Fórum Nacional de Entidades Gestoras dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. O presidente Rodrigo Torres colocou em votação a proposta que destina 2 milhões de reais aos Provida. O presidente Rodrigo Torres esclareceu ao conselheiro que o objeto foi apresentado na assembleia passada. O conselheiro Edmundo Kroger afirmou que o recurso a ser repassado aos projetos é orçamentário e que uma decisão contábil sem prejuízo para o conselho para uma ação de proteção dos direitos humanos. O conselheiro Vitor Cavalcante relatou que se sentiu pressionado com a carta da sociedade civil para aprovar a votação. O conselheiro Pedro Hartung sugeriu fazer uma moção de repúdio do contingenciamento ao orçamento da criança e do adolescente. O presidente Rodrigo Torres colocou o plano de aplicação em votação em dois blocos, um para a atualização do plano de aplicação e outro para o recurso ao Provita em votação nominal. Votaram favoravelmente à proposta de destinar 2 milhões de reais ao Provita: Antônio Dantas, Edmundo Kroger, Manoel Torquato, Jimena Grignani, Vitor Cavalcante, Fabio Paes, Francisco Correa, Djalma Costa, Pedro Hartung, Anna Beatriz Langue, Magaly Marques, Francisco Brito, Mauro Barros, Jordelino dos Reis, Taís Flores, Alberto de Souza, Heloisa Alves e Rodrigo Torres; Votaram contrários a proposta: Carolina Freire, Clenir Xavier e Maurício Vandorsee; Absteve-se: Marco Antônio Souza (Markinhus) Iniciou com a votação do Provita. Assim, a proposta foi aprovada com 18 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção. Os conselheiros Antônio Dantas, Jimena Grignani, Pedro Hartung e Anna Beatriz Langue ao manifestarem voto favorável destacaram as observações feitas em Plenário em que alguns conselheiros criticaram os cortes orçamentários e manifestaram-se a favor da construção de uma nota. Em seguida o presidente apresenta para votação o plano de aplicação e foi aprovado com 22 votos favoráveis, nenhum voto contra ou abstenção. Sendo os votos favoráveis dos

conselheiros: Carolina Freire, Marco Antônio Souza, Antônio Dantas, Edmundo Kroger, Manoel Torquato, Clenir Xavier, Jimena Grignani, Vitor Cavalcante, Fabio Paes, Francisco Correa, Djalma Costa, Maurício Vandorsee, Pedro Hartung, Anna Beatriz Langue, Magaly Marques, Francisco Brito, Mauro Barros, Jordelino dos Reis, Taís Flores, Alberto de Souza, Heloisa Alves e Rodrigo Torres. Em seguida o Plenário debateu a construção de um documento a ser dirigido às autoridades responsáveis pela temática e orçamento da criança e do adolescente. O Plenário debateu o destinatário, o tom político e natureza do documento. O conselheiro Fabio Paes sugeriu como encaminhamento, e restou aprovado pelo plenário, que ele construiria uma minuta de carta e encaminharia por e-mail a todos os conselheiros para apreciação. Caso não houvesse consenso em relação ao conteúdo da minuta proposta, o documento seria debatido em plenário da próxima Assembleia do Conanda. A conselheira Carolina Freire questiona o atraso da pauta sobre medicalização que já fazia um mês que a minuta foi escrita encaminhada para o jurídico e não obtiveram retorno ainda. O encaminhamento dado e aprovado sobre essa questão foi o de se trabalhar o texto sobre medicalização com o conselheiro Rubens Bias, conselheira Magaly de Carvalho e a conselheira Josiane Gomes a partir dos apontamentos da assessoria jurídica da SDH para aprovação de um texto final na próxima assembleia.

Deliberação/Encaminhamentos:

- COF providenciará resposta à UBES da decisão do Conanda;
- Aprovação de destinação de 2 milhões de reais do FNCA recursos ao PROVITA;
- **Aprovação da atualização do Plano de Aplicação;**
- O conselheiro Fábio irá escrever uma proposta de documento sobre o contingenciamento orçamentário para a temática da criança e do adolescente e encaminhar por e-mail aos conselheiros para análise do conteúdo. Caso não haja consenso entre os conselheiros em relação ao conteúdo, o documento será debatido em plenária na próxima Assembleia do Conanda;
- A resposta ao ofício do Fórum Nacional de Entidades Gestoras dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas seja discutida no âmbito da CMF;
- **Aprovado Repassar recurso do plano de aplicação no mês de novembro para 6 projetos aprovados em 2014 na área de participação de crianças e adolescentes;**

- CMF liderar um diálogo com a UBES e o conselho enviar uma carta política explicando o não investimento no projeto e abrir um diálogo para aperfeiçoar os próximos editais com a participação de crianças e escolas;
- Análise aprofundada das escolas de conselhos;
- Medicalização: trabalhar o texto sobre medicalização com o conselheiro Rubens Bias, conselheira Magaly de Carvalho e a conselheira Josiane Gomes para ser aprovada na próxima assembleia.

Item 3. Encontro entre o Conanda e os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Local: Auditório 8º andar).

Principais pontos abordados: O presidente Rodrigo Torres apresentou-se na mesa e em seguida o vice-presidente Fábio Paes fez também sua apresentação desejando boas vindas a todos e todas e em seguida fez um convite ao conselheiro Antônio Jorge que apresentou um texto poético. O presidente Rodrigo Torres parabenizou o Conanda pela iniciativa de reunir os grupo de conselheiros estaduais e o que está aberto para discussão, aprofundamento e estreitamento de laços entre conselho nacional, conselhos estaduais e o G38. E falou que foi uma oportunidade de acompanhar de perto como o grupo do G38 vem agindo com o conselho nacional e os espaços de debate. E em seguida conduziu uma rodada de apresentações e uma proposta de agenda.

Proposta de pauta:

11/11

16h00-16h30: Abertura do Encontro entre o Conanda e os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

16h30 – 18h00: Redução da idade penal;

12/11

10h00 – 10h40: Participação do G-38 nos estados;

10h40 – 12h00: Eleição Unificada para Conselheiros Tutelares;

14h00 – 18h00: Conferências e Plano Decenal: Perspectivas para a construção da política nacional dos direitos de crianças e adolescentes;

Item 3.1- Redução da idade penal

Principais pontos abordados: O vice-presidente Fabio Paes relatou o pedido do conselheiro Djalma Costa de acrescentar para um Debate a questão do Sinase e o vice-presidente sugeriu acrescentar após a discussão da redução da idade penal. O vice-presidente Fabio Paes relatou sobre o projeto de enfrentamento contra a redução da idade penal e colocou em destaque a comunicação, mobilização, formação e incidência política como um escopo de projeto apresentado na plenária do Conanda e relatou que durante a plenária afirmaram a importância de mobilizar recurso para esse projeto que foi chamado de projeto de enfrentamento contra a redução da idade penal. Informou que o Conanda tomou a iniciativa de propor uma carta acordo com uma instituição que pudesse apoiar o Conanda nesse projeto de mobilização. Informou que a Flacso Brasil é a instituição que está apoiando o Conanda nessas ações e ressaltou as atividades já realizadas por meio do projeto, tais como eventos sobre os 25 anos do ECA em Brasília, formação do G38 como mecanismo de mobilização e fortalecimento do espaço e participação de crianças e adolescentes, formação dos comunicadores em direitos humanos da criança e do adolescente e destacou o evento programado para o final do ano em que haverá a celebração dos 25 anos do ECA e preparatória para a X CNDCA. O conselheiro Marco Antônio (Markinhuss) sugeriu escutar o relato dos estados sobre a redução da idade penal. O conselheiro Carlos Roberto - CEDCA/MG concordou com ausência de mobilização dos conselhos estaduais e questiona o posicionamento da mídia na exposição de adolescentes e citou o direito de resposta em mídia e imprensa. O conselheiro Mauro Souza-CEDCA/MT informou que estão acontecendo manifestações com a pauta da redução a partir do que foi construído pelo Conanda. O conselheiro Thiago Viana –CEDCA/MA relatou que encaminha os debates para os jovens e que foi realizada uma mobilização com a sociedade civil e diálogo sobre a redução dentro das universidades privadas. O conselheiro Jorge Luiz-CECA-BA relatou que abriu um fórum territorial, com poucos conselheiros que atuaram e solicitou a necessidade de fortalecer o Conanda e os conselhos de estado. O conselheiro João Paulo-CEDCA/AP relatou que houve desvio do fundo estadual e que, por esse motivo, não conseguiram fazer campanha contra a redução. Falou também sobre a deficiência das mediadas socioeducativas dos municípios, com crimes de adolescentes irrelevantes que permanecem em internação, solicitou que se tire o foco da internação e sugeriu uma discussão aberta sobre essa questão. A conselheira Rosilena Maria-CONEDCA/RO relatou que fizeram eventos, audiências públicas e obtiveram apoio das universidades, ressaltando que o conselho estadual foi responsável pelas ações de mobilização no estado contra a redução. A conselheira Carla Shalders-CEDCA/ES relatou que foi criada a Frente Capixaba com a iniciativa de debate e participação ativa nas ações realizadas em Brasília e realizou caravanas nas escolas. A conselheira Sílvia Cristina-CEDCA/MG relatou que

sentiu decepcionada com a reunião do Conanda e que os CNDCA estão fragilizados, relatou que o CEDECA/MG encontra-se com ausência de funcionários. A conselheira Maria Aparecida-CEDCA/GO solicitou ao Conanda uma recomendação para que todos os conselhos estaduais tivessem uma discussão sobre a redução da maioria antes da execução das atividades de mobilização. O conselheiro Armando Luiz – CEDCA/MS falou sobre as limitações enquanto conselheiro e pediu uma reflexão política sobre a redução de espaço da política das crianças e dos adolescentes. O conselheiro Weliton Vasconcelos - CEDCA/AL falou da falha de comunicação dos convites aos municípios e com a SEDH.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Construir uma carta com os conselhos estaduais para uma agenda afirmativa contra redução da maioria penal;
- Criação por parte dos conselhos estaduais de um colegiado nacional para troca de informações.

12 de novembro

Local: Sala de Educação Corporativa – 10º andar

08h30 - 09h00: Plano de Comunicação

09h00 - 09h30: Informe e ações sobre o Sinase-Ceará/Medicalização;

09h30 –10h00: Encontro de Dezembro

10h00 - 18h00: Encontro entre o Conanda e os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Local: Auditório 8º andar).

Item 1. Plano de Comunicação;

Principais pontos abordados: O vice-presidente Fábio Paes abriu a Assembleia desejando bom dia a todos e a todas e apresentou o restante da agenda da Assembleia, em seguida agradece a presença da consultora do Conanda, Ana Claudia, responsável pela elaboração do Plano de Comunicação e que apresentaria à Plenária naquele momento. Ana Cláudia apresenta-se como jornalista e consultora da Unesco e em seguida propõe diretrizes para comunicação. Relatou que é preciso planejar pensando em programar uma proposta adaptada para o Conanda na ausência de uma assessoria de comunicação nos Conselhos, falou que o Conanda necessita de um plano de comunicação estratégico, pensando na comunicação junto as atividades

institucionais. Informou também que o plano foi construído a partir de conceitos de comunicação organizacional e integrada, com o intuito de que estes princípios contribuam para um diagnóstico preciso das demandas e escolha estratégica adequada, em comunicação, para o Conanda. Seu objetivo principal é a elaboração de um Plano dedicado à organização dos processos em comunicação, internos e externos, para o Conselho. E ressaltou que para tanto, são objetivos desta proposta: a busca de integração, articulação, disseminação e acesso a informações acerca dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. A troca de experiências, a participação social, e o engajamento dos conselhos estaduais, distrital e municipais, conselhos tutelares, assim como dos diversos conselhos setoriais, órgãos estaduais e municipais e entidades não governamentais e, por fim, o estabelecimento e sustentabilidade de redes de comunicação colaborativa com o intuito de produção permanente de diálogos e disseminação orgânica de informações acerca das pautas relacionadas aos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Informou que fez uma pesquisa em quatro empresas sobre os custos de implantação e serviços do projeto. O vice-presidente Fábio Paes agradeceu a Ana Cláudia e acrescentou que o plano apresentado foi analisado pela CMF e que será encaminhado via e-mail para que os conselheiros o conheçam melhor e possam fazer considerações. Em seguida, o presidente do conselho, Rodrigo Torres, apresentou o plano para aprovação da plenária. O plano foi aprovado com 18 votos favoráveis, uma abstenção e nenhum voto contrário.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Aprovado o Plano de Comunicação do Conanda.

Item 2: Informe e ações sobre o Sinase – Ceará e Resolução sobre Medicalização;

Principais pontos abordados: O conselheiro Manoel Torquato fez o relato do sistema socioeducativo do Ceará com um breve resumo das solicitações registradas na assembleia anterior que constava a solicitação de um espaço para audiência pública no Estado do Ceará. Informou que essa solicitação foi encaminhado ao CEDECA-CE. O conselheiro informou que esse encaminhamento não estava de acordo com a solicitação da plenária e que ocorreu uma questão de temporalidade para conduzir audiência. Relatou também a falta da presença dos conselheiros e a ida tardia do presidente do Conanda chegando na audiência uma hora antes de começar e relatou que estava descontextualizado das visitas ocorridas no sistema socioeducativo. Informou que após a visita do Conanda ocorreu uma rebelião, inclusive com morte de um adolescente, resultado de uma má condução da polícia e

ressaltou que não existe uma tomada de decisão governamental sobre essa situação. O conselheiro Djalma Costa relatou que seria necessário avaliar a estrutura de suporte para as visitas e criar um grupo de trabalho no Conanda que lida com violência no sistema socioeducativo. O conselheiro Renato Varalda informou que irá fazer inspeção no governo do Ceará e cobrar do Conanda um ofício para o ministério Público com sugestão de construção de unidades socioeducativas. O conselheiro Antônio Dantas falou que seria necessário relatórios técnicos, fotografias, relatos de adolescentes para encaminhar a defensoria pública.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Ofício ao PGR com pedido de IDC da situação administrativa com base na questão da improbidade administrativa no estado;
- Acionar a Ministra no sentido de realizar agenda no estado do Ceará;
- Construção pelo Conanda de uma agenda de monitoramento das ações do Sinase/CE;
- Reunião, no dia 16 de novembro, com a Rosa Maria Ortiz com a participação da mesa diretora, um representante do G38 e um adolescente do Ceará e o conselheiro Manoel Torquato;
- Agenda com MNPCT dia 30 de novembro;
- No dia 4 de dezembro: agenda SDH, Conanda e demais atores.

Item 2. Encontro de Dezembro;

Principais pontos abordados: O vice-presidente Fábio Paes fez apresentação do planejamento do Encontro de Dezembro, informando que tem como objetivo fortalecer o processo preparatório da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, mobilizando os diversos sujeitos dos movimentos da infância e adolescência em torno das reflexões sobre os avanços e desafios frente aos 25 anos do ECA. Informou que tem como produto um documento contendo o resultado do encontro, que poderá ser utilizado como insumo e material para a X CNDCA. Apresentou também o nome escolhido pela comissão organizadora do evento de Encontro pela Absoluta Prioridade da Criança e do Adolescente.

Deliberação/Encaminhamento:

- Encaminhar por e-mail o projeto em 5 dias para a mesa Diretora.

Item 3. Encontro entre o Conanda e os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Local: Auditório 8º andar).

Principais pontos abordados: O conselheiro Fábio Paes sugeriu fazer a discussão dos conselhos tutelares. O conselheiro Ananias Neves sugeriu criar um colegiado dos dirigentes dos conselhos estaduais para o próximo mês dezembro extra aprovada. A conselheira Heloisa Helena falou sobre a PEC115 que havia um requerimento que foi anexado ao grupo. Relatou que foi feita uma análise das falas públicas dos senadores e sugeriu fazer um trabalho com os senadores sensibilizando-os para o voto contrário a redução da idade penal. O coordenador-geral de Fortalecimento de Conselhos, Marcelo Nascimento, fez um resumo do processo unificado de escolha dos conselheiros tutelares. Após a apresentação houve debate sobre o processo de escolha e apontamento das dificuldades do processo no âmbito dos municípios. Após o ponto de pauta de apresentação do processo de escolha para conselheiros tutelares, o vice-presidente passou a palavra para o conselheiro Edmundo Kroger, que explicou sobre aos conselheiros estaduais a dinâmica proposta pelo conselho sobre a Conferência Nacional. Informou que a dinâmica consistiria em formar grupos onde se discutiriam o processo conferencial e o plano decenal em cada estado. Informou que o objetivo é discutir principalmente sobre os desafios, boas práticas e dúvidas sobre cada um desses processos. Após as discussões, um membro de cada grupo compartilhou com o restante dos participantes os principais pontos discutidos. Após as apresentações, o presidente, Rodrigo Torres, e o vice-presidente, Fábio Paes, agradeceram a participação de todas e de todos e encerram a reunião.

Deliberação/Encaminhamento:

- Apoio para o processo de escolha nos municípios;
- O G38 se responsabilizou na construção de uma carta política a ser encaminhada aos conselhos estaduais, devendo estes replicarem aos conselhos municipais.